

7. MEMBROS DE MESA

7.1. Composição da mesa de voto

Às mesas das assembleias de voto compete promover e dirigir as operações eleitorais.

(artigo 47.º, n.º 1, LEALRAM)

Em cada assembleia de voto há, pelo menos, uma mesa, que é composta por:

- um presidente,
- um suplente do presidente,
- um secretário,
- dois escrutinadores.

(artigo 47.º, n.º 2, LEALRAM)

Podem ser membros de mesa os eleitores pertencentes à respetiva assembleia de voto, sendo que a cada freguesia corresponde uma assembleia de voto.

(artigos 43.º, n.º 1 e 47.º, n.º 3, LEALRAM)

Não podem ser membros de mesa os eleitores que não saibam ler e escrever português.

(artigo 47.º, n.º 3, LEALRAM)

7.2. Deveres e direitos dos membros de mesa

O desempenho das funções de membro da mesa de assembleia ou secção de voto é obrigatório.

(artigo 47.º, n.º 4, LEALRAM)

Os membros de mesa das assembleias ou secções de voto devem estar presentes no local do seu funcionamento uma hora antes da marcada para o início das operações eleitorais.

(artigo 51.º, n.º 3, LEALRAM)

Caso o membro de mesa designado se encontre numa situação que integre as causas justificativas de impedimento legalmente previstas, deve invocá-la até três dias antes da eleição, perante o presidente da câmara municipal, com vista a ser substituído.

(artigo 47.º, n.ºs 5, 6 e 7, LEALRAM)

Aquele que for nomeado para fazer parte da mesa da assembleia de voto e, sem motivo aparente de força maior ou justa causa, não assumir ou abandonar essas funções é punido com pena de multa de € 100 a € 2000.

(artigo 161.º LEALRAM)

Os membros das mesas têm direito:

- à compensação prevista na lei.

(artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 22/99, de 21 de abril)

- à dispensa de atividade profissional no dia da eleição e no dia seguinte, não podendo ser prejudicados nos seus direitos e regalias, incluindo o direito à retribuição, devendo para o efeito fazer prova bastante dessa qualidade.

(artigo 51.º, n.º 5, LEALRAM)

NOTA:

A dispensa de serviço que a lei confere aos membros das mesas de voto, não pode ser tratada como 'falta' propriamente dita, designadamente para os efeitos do disposto no Código do Trabalho, tanto mais que, como a lei eleitoral determina, a utilização de tais dispensas pelos trabalhadores não afeta os respetivos direitos e regalias, especialmente quanto à retribuição, sendo o tempo respetivo contado para todos os efeitos como tempo de serviço.

Tais dispensas, quando usufruídas, não podem contender com o direito à majoração do período de férias, quando seja o caso. (Relação de Évora, 16 de outubro de 2007)..

7.3. Processo de designação

Até ao dia **6 de março**, devem os delegados reunir-se para procederem à escolha dos membros de mesa para o exercício de funções no dia da eleição.

(artigo 50.º, n.º 1, LEALRAM)

A reunião para a escolha dos membros de mesa realiza-se na sede da junta de freguesia e é convocada pelo respetivo presidente. Devem ser convocadas todas as candidaturas concorrentes ao ato eleitoral.

(artigo 50.º, n.º 1, LEALRAM)

NOTAS:

Convocatória para a reunião:

O Presidente da Junta de Freguesia deve enviar a convocatória para a reunião de escolha dos membros de mesa preferencialmente para a sede local das candidaturas concorrentes ou, não existindo, para a sede regional ou nacional.

Esta convocatória pode ser efetuada através de carta registada, fax ou correio eletrónico, para endereço previamente confirmado, devendo, porém, ser dada primazia a mensagem de correio eletrónico ou a notificação pessoal do mandatário.

Em caso de dúvida, os contactos do mandatário estão afixados no tribunal competente para apreciar as candidaturas, até ao termo do prazo de apreciação e, posteriormente, podem ser solicitados à secretaria do tribunal.

A afixação de edital ou o contacto telefónico constituem meios complementares às formas de convocatória referidas no parágrafo anterior, não sendo, por si só, suficientes para garantir que todas as candidaturas foram regularmente convocadas.

É recomendável que os serviços da Junta de Freguesia reforcem os meios de contacto disponíveis nos dias que antecedem a reunião para a designação dos membros de mesa.

Na reunião de designação dos membros de mesa podem participar delegados já credenciados pelo presidente da câmara municipal para, no dia da eleição, estarem nas assembleias e secções de voto, ao abrigo do disposto no artigo 49.º da LEALRAM, bem como delegados das candidaturas que apresentem uma credencial emitida pelo mandatário ou pelo órgão competente do partido

ou coligação a designá-los para aquela reunião⁷.

A CNE entende que, se à hora marcada para a reunião não estiverem presentes todos os representantes das candidaturas, é razoável que seja observado um período de tolerância não superior a 30 minutos, iniciando-se a reunião em seguida com os representantes que estiverem presentes.

A reunião não tem lugar se estiver representada apenas uma candidatura (proposta por partido político, coligação de partidos [...]). Caso esteja representada apenas uma candidatura, o presidente da junta de freguesia comunica ao presidente da câmara que não houve reunião.

A reunião inicia-se sob a direção do mais velho dos representantes das candidaturas presentes, podendo de imediato ser eleito outro para dirigir o resto dos trabalhos⁸.

Papel do presidente da junta de freguesia

Ao presidente da junta de freguesia compete:

- Receber os representantes das candidaturas na sede da junta de freguesia e criar as condições necessárias para a realização da reunião;
- Assistir à reunião, não podendo pronunciar-se sobre a constituição das mesas;
- Comunicar a existência ou não de acordo ao presidente da câmara e, havendo acordo, afixar à porta da sede da junta de freguesia o edital que lhe é remetido pela câmara com os nomes dos membros de mesa escolhidos.

No decurso da reunião, o presidente da junta de freguesia não tem qualquer poder de intervenção, nem sequer como moderador, já que a sua atuação é, apenas, a de mera assistência⁹.

Acordo:

«Para haver acordo torna-se necessário, em princípio, a comparência e a expressa conjugação de vontades dos delegados das candidaturas. Não se verificando esse circunstancialismo, não se pode concluir que tenha havido acordo, pelo menos quando outro partido político reagiu ao procedimento adotado nas reuniões ocorridas nas juntas de freguesia, o que afasta o entendimento de acordo tácito, por falta de comparência. [...] Não obtido consenso a respeito da composição das mesas das assembleias de voto, nem tão pouco se reunindo os pressupostos exigidos para um sorteio de nomes, retirados do colégio eleitoral, impõe-se que a nomeação feita obedeça a critérios de democraticidade, equidade e equilíbrio político, o que minimamente se obtém mediante uma composição plural, onde estejam representadas, pelo menos, as forças políticas mais significativas na circunscrição eleitoral em causa.»

(Acórdão TC n.º 812-A/93, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 63, de 16 de março)

Na falta de acordo, o delegado de cada lista propõe, por escrito, no dia **7 ou 8 de março**, ao presidente da câmara municipal, dois cidadãos por cada lugar ainda por preencher, para efeitos de sorteio.

No prazo de 24 horas (9 de março), no edifício da câmara municipal e na presença dos delegados que a ele queiram assistir, procede-se à escolha através da realização de sorteio.

⁷ Deliberação CNE de 11.04.2024, bem como Ac. TC n.º 458/2009

⁸ Deliberação CNE de 06.07.2021 atualizada em 13.07.2021.

⁹ Deliberação CNE de 07.10.2004

Nos casos em que não tenham sido propostos cidadãos pelos delegados das listas, compete ao presidente da câmara municipal nomear os membros da mesa cujos lugares estejam por preencher.

(artigo 50.º, n.º 2, LEALRAM)

Nas secções de voto em que o número de cidadãos com os requisitos necessários à constituição das mesas seja comprovadamente insuficiente, compete aos presidentes das câmaras municipais nomear, de entre os cidadãos inscritos no recenseamento eleitoral da mesma freguesia, os membros em falta.

(artigo 50.º, n.º 3, LEALRAM)

Os nomes dos membros de mesa são publicados em edital afixado, no prazo de quarenta e oito horas, à porta da sede da junta de freguesia.

Qualquer eleitor pode reclamar contra a escolha perante o presidente da câmara municipal nos dois dias seguintes, com fundamento em preterição dos requisitos fixados na presente lei.

(artigo 50.º, n.º 4, LEALRAM)

O presidente da câmara decide a reclamação em vinte e quatro horas e, se a atender, procede imediatamente a nova designação através de sorteio efetuado no edifício da câmara municipal, na presença dos delegados das candidaturas.

(artigo 50.º, n.º 5, LEALRAM)

Até ao dia **17 de março** o presidente da câmara municipal:

- Lavra alvará de designação dos membros das mesas das assembleias de voto; e
- Participa as nomeações e às juntas de freguesia competentes.

(artigo 50.º, n.º 6, LEALRAM)

Os que forem designados membros de mesa da assembleia eleitoral e que até três dias antes da eleição justifiquem, nos termos legais, a impossibilidade de exercerem essas funções são imediatamente substituídos, pelo presidente da câmara municipal.

(artigo 50.º, n.º 7, LEALRAM)

No dia da eleição, a mesa da assembleia ou secção de voto constitui-se e assume as suas funções de promover e dirigir as operações eleitorais.

(artigos 47.º, n.º 1, e 51.º, n.º 1, LEALRAM)

8. VOTAÇÃO

8.1 Modo de votação

O eleitor dirige-se à mesa, indica o seu nome e entrega ao presidente o seu documento de identificação civil, se o tiver.

Se não tiver o bilhete de identidade ou o cartão de cidadão, o eleitor pode identificar-se com